

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.211 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2000



**Luxemburgo
depõe na CPI
do Futebol**

Luxemburgo

PÁGINA 9

**Plenário vota hoje política
para a coleta de sangue**

PÁGINA 9



**Milton Campos
é homenageado
no centenário**

Milton Campos

PÁGINA 9

Combate à sonegação renderá R\$ 6 bilhões, estima comitê

Previsão de receita, originária de três projetos de combate à sonegação que tramitam na Câmara dos Deputados, será apresentada ao plenário da Comissão de Orçamento, hoje, às 10h, em forma de adendo ao relatório parcial de arrecadação



CAS acolheu requerimento de Osmar Dias para ouvir o ministro da Educação

**CAS ouvirá ministro sobre o repasse
de verbas do Fundef aos municípios**

PÁGINA 6

Três projetos de combate à sonegação que tramitam na Câmara dos Deputados e que financiarão parte do aumento do salário mínimo para R\$ 180 renderão ao Tesouro R\$ 6 bilhões no próximo ano. A previsão foi feita pelo comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento, reunido ontem à noite.

PÁGINA 5

**ACM AFIRMA QUE EMENDAS DE
PARLAMENTARES SERÃO PRESERVADAS**

O presidente do Senado disse ontem que o acordo sobre o salário mínimo está mantido e preserva as emendas dos parlamentares. Vários senadores se manifestaram em Plenário sobre o aumento do piso salarial.

PÁGINAS 2 E 11

**Gros prevê na CAE maior
atuação regional do BNDES**

PÁGINA 7



Francisco Gros (ao lado de Suassuna) disse que o BNDES tem papel limitado na diminuição das desigualdades regionais



Comissão de Educação, presidida por Freitas Neto (centro), aprecia mudanças na Lei de Entorpecentes

**Especialistas pedem mais
atenção a drogas legais**

Em audiência pública na Comissão de Educação, especialistas lembram que álcool, tabaco e outras drogas lícitas são as mais usadas pelos adolescentes. Debate encaminha alterações na Lei de Entorpecentes.

PÁGINA 7

**PLENÁRIO ACEITA INDICAÇÕES PARA
STJ E DEFENSORIA** **CARDOSO EXPLICA
TRABALHO DA ABIN
À COMISSÃO MISTA**

PÁGINA 3

PÁGINA 3

**CCJ muda regras das relações
entre Estado e fundos de pensão**

Relatório do senador José Fogaça incorporou os termos de acordo definido entre os integrantes da comissão e foi aprovado por unanimidade.

PÁGINA 4

ACM: mínimo preservará emendas parlamentares

Segundo presidente do Senado, as medidas que o Congresso aprovará para combater a sonegação fiscal permitirão gerar os recursos necessários ao aumento do salário mínimo, sem necessidade de excluir as emendas de deputados e senadores

O presidente do Senado Federal, Antonio Carlos Magalhães, disse ontem que o acordo entre governo e Congresso para fixar o salário mínimo em R\$ 180 será mantido, e não afetará as emendas de iniciativa dos parlamentares ao Orçamento Geral da União, que, segundo ele, serão financiadas por

outras fontes de recursos.

— O acordo será cumprido, até porque, no decorrer do tempo, não haverá prejuízo para as emendas dos parlamentares — observou.

Antonio Carlos observou que o relator-geral da Comissão Mista de Orçamento, senador Amir Lando, já declarou que essas

emendas poderão ser supridas pelo acréscimo de arrecadação proveniente do combate à sonegação fiscal. O senador afirmou que está satisfeito com a solução encontrada para o reajuste do mínimo, e lembrou que o valor de R\$ 180 foi proposto inicialmente pelo Congresso.

— Essa foi uma decisão do Congresso, à qual o presidente cedeu, levando em conta os argumentos dos parlamentares e dos trabalhadores do Brasil — ressaltou.

Antonio Carlos destacou o papel desempenhado pelo Congresso na elevação do salário mínimo



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 30 DE NOVEMBRO DE 2000

Presidente Antonio Carlos Magalhães
11h — Preside sessão deliberativa ordinária
PLENÁRIO
10h — Sessão deliberativa ordinária Hora da Expediente: será destinada a comemorar o centenário de nascimento de Milton Campos. Pauta: PLC nº 1/99, regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados; estabelece o ordenamento institucional indispensável à execução adequada dessas atividades; e PDL nº 168/2000, aprova o ato que outorga permissão à MR Radiodifusão para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Vitória do Mearim (MA).
COMISSÕES
9h — CPI do Futebol Pauta: depoimento do treinador Wanderley Luxemburgo. Ala Senador Nilo Coelho — Sala 2 10h — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização Pauta: votação de créditos suplementares. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados 14h — Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional Pauta: depoimento do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, general Alberto Mendes Cardoso, para prestar esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Ala Senador Alexandre Costa — Sala 5
PREVISÃO PLENÁRIO
Sexta-feira 9h — Sessão não deliberativa



Nesta seção, o *Jornal do Senado* publica cartas, faxes e e-mails enviados pelos leitores.

CARTAS

Endereço:
Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal, Sala 2006
Brasília - DF - 70165-920

E-mail: jornal@senado.gov.br

Fax: (61) 311-3137 ou (61) 311-3333

0800 612211 — *Voz do Cidadão*

Base de dados para estudos políticos

Gostaria de receber com regularidade o periódico da Câmara Alta do país. Sou um estudioso da Ciência Política, e a mim muito interessa adquirir tais exemplares, que constituem importante base de informações e dados.

Faço faculdade de Direito no Ceará e recomendo sempre aos colegas esse veículo do Senado.

Edmilson Barbosa Francelino Filho
Fortaleza (CE)

Informação para biblioteca municipal

Solicito a inclusão do meu nome e dados pessoais no cadastro, para receber por via postal o *Jornal do Senado*.

Pela sua importância, as informações nele contidas serão de valiosa importância para a biblioteca municipal da cidade, pela qual sou responsável.

Gildásio Rodrigues da Silva Júnior
Bom Jesus da Lapa (BA)

Transparência e imparcialidade

Sou aluno do 2º colegial noturno da Escola Pública Estadual "Irmã Arminda Sbrissio", e escrevo-lhes para parabenizá-los pelo trabalho excelente que esse jornal vem fazendo.

Tudo com muita transparência, sem rodeios e nem "puxar a sardinha" para um senador ou para outro.

Wander Custodio Florencio
Bauru (SP)

Quem realmente trabalha pelo país

Venho por meio desta cumprimentar não somente este jornal, do qual sou assinante e por meio do qual fico por dentro dos assuntos e dos senadores que realmente trabalham em prol do nosso país, mas também cumprimentar a TV Senado pelo programa *Quem tem medo da música clássica?* Simplesmente, fantástico!

Waldir Gomes Correa
Uberlândia (MG)



RESULTADO DA ORDEM DO DIA

QUARTA-FEIRA, 29 DE NOVEMBRO DE 2000

1 Projeto de Lei do Senado nº 591, de 1999-Complementar (senador Freitas Neto). Altera a composição do conselho a que se refere a Lei Complementar nº 66, de 17 de junho de 1991. Parecer nº 1.066/2000-CC, relator: senador Edison Lobão, favorável com as emendas nºs 1 e 2-CCJ, que apresenta. Aprovado o projeto. Votaram: Sim: 63 Não: 0 Abst.: 0 Total: 63. Aprovadas as emendas nºs 1 e 2-CCJ. Votaram: Sim: 58 Não: 0 Abst.: 3 Total: 61. À Câmara dos Deputados.

2 Parecer nº 1.146, de 2000 — MSF nº 208/2000 (nº 1.437/2000, na origem). Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 208, de 2000 (nº 1.437/2000, na origem), de 28 de novembro último, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado o nome da senhora Anne Elisabeth Nunes de Oliveira para exercer o cargo de defensor público geral da União, com mandato de dois anos. Parecer nº 1.146/2000-CCJ, relator: senador José Fogaça. Aprovado. Votaram: Sim: 61 Não: 1 Abst.: 2 Total: 64. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

3 Parecer nº 1.147, de 2000 — MSF nº 237/2000 (nº 1.718/2000, na origem). Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania sobre a Mensagem nº 237, de 2000 (nº 1.718/2000, na origem), de 28 de novembro último, pela qual o presidente da República submete à deliberação do Senado o nome do senhor Sebastião de Oliveira Castro Filho para compor o Superior Tribunal de Justiça na vaga de desembargador. Parecer nº 1.147/2000-CCJ, relator: senador Iris Rezende. Aprovado. Votaram: Sim: 63 Não: 1 Abst.: 2 Total: 66. Será feita a devida comunicação ao senhor presidente da República.

4 Projeto de Decreto Legislativo nº 89, de 2000 (nº 225/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga a permissão à Rádio Interativa Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Aguai, estado de São Paulo. Parecer nº 860/2000-CE, relator: senador Romeu Tuma, favorável. Aprovado. À promulgação.

5 Projeto de Decreto Legislativo nº 165, de 2000 (nº 323/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que renova a permissão outorgada à Rádio Belo Horizonte Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em frequência modulada na cidade de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais. Parecer nº 1.056/2000-CE, relator: senador Francelino Pereira, favorável, com abstenção do senador Geraldo Cândido. Aprovado. À promulgação.

6 Projeto de Decreto Legislativo nº 166, de 2000 (nº 276/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que outorga a concessão à MR Radiodifusão Ltda. para explorar serviço de radiodifusão sonora em ondas médias na cidade de Urbano Santos, estado do Maranhão. Parecer nº 1.031/2000-CE, relator: senador Edison Lobão, favorável, com voto contrário do senador Lauro Campos. Aprovado. À promulgação.

7 Projeto de Decreto Legislativo nº 217, de 2000 (nº 447/99, na Câmara dos Deputados). Aprova o ato que autoriza a Associação de Comunicação, Cultura e Desporto do município de Elesbão Veloso a executar serviço de radiodifusão comunitária na cidade de Elesbão Veloso, estado do Piauí. Parecer nº 1.109/2000-CE, relator: senador Freitas Neto, favorável. Aprovado. À promulgação.

8 Requerimento nº 567, de 2000 (senador Jefferson Peres e outros srs. senadores). Requerem, nos termos dos arts. 50 da Constituição federal e 400-A do Regimento Interno do Senado Federal, seja convocado o sr. ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República para prestar, perante o Plenário desta Casa, esclarecimentos sobre operações da Agência Brasileira de Inteligência (Abin). Lido e aprovado o Requerimento nº 595/2000, do senador Jefferson Peres, solicitando o adiamento da votação do RQS nº 567, de 2000, para o dia 5/12/2000. O RQS nº 567/2000 constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa ordinária da próxima terça-feira, dia 5/12/2000. Lido o Requerimento nº 594/2000, do senador José Roberto Arruda, solicitando que a convocação do ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República seja transferida para o âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional. À publicação.

Fonte: Secretaria-Geral da Mesa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, Eduardo Leão, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Waldemir Rodrigues, Roosevelt Pinheiro, Roque Sá, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Comissão mista ouve hoje o general Cardoso

Plenário aprova requerimento do senador José Roberto Arruda para que ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional compareça ao colegiado, que tem a finalidade de controlar atividades de inteligência do governo

O Senado aprovou requerimento do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) para que o general Alberto Cardoso, ministro-chefe do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, seja ouvido hoje, às 14h, na Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência (CCAI).

O que estava previsto para ser votado era um requerimento do senador Jefferson Péres (PDT-AM) para que o general esclarecesse em Plenário as operações da Agência Brasileira de Inteligência. O próprio Jefferson Péres, contudo, concordou com o adiamento da decisão sobre seu requerimento. Ficou decidido que ele será votado na próxima terça-feira.

Na ocasião, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, disse que houve uma confusão desnecessária em torno do assunto. Ele informou que o general lhe comunicara seu de-



O Plenário ainda deverá votar outro requerimento, na terça-feira, para que o general compareça à Comissão de Justiça do Senado

sejo de comparecer ao Senado o mais breve possível, esperando uma convocação para falar na Comissão de Educação.

No dia da instalação da CCAI, prosseguiu o presidente do Senado, decidiu-se que o general deveria primeiro apresentar-se à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Antonio Carlos

Magalhães afirmou ter-se surpreendido agora com o requerimento de Arruda para que o general seja ouvido na Comissão de Controle das Atividades de Inteligência. E reconheceu que o Plenário era soberano para tomar essa decisão.

Antes de entrar num acordo para que seu requerimento seja

votado terça-feira, o senador Jefferson Péres argumentou que a ida do general à CCAI é uma providência de rotina, que a comissão pode tomar à hora que quiser. O comparecimento do general ao Plenário, pedido em seu requerimento, visa esclarecer, perante a sociedade brasileira, fatos noticiados pela imprensa sobre as atividades da Abin.

INFORMAÇÕES

O senador José Roberto Arruda argumentou, contudo, que, logo que a CCAI foi instalada, o general Alberto Cardoso o procurou manifestando seu desejo de comparecer o mais cedo possível à comissão, no propósito de colocar à disposição dos senadores todas as informações e responder a todos os questionamentos.

No mesmo debate, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) argumentou que a CCAI é absolutamente inconstitucional,

porque não pode substituir o conjunto dos senadores e dos partidos na sua pluralidade. "Essa comissão não resistiria a uma medida judicial", disse ele, lastimando que o exemplo se multiplique em outros legislativos, onde tenta-se fazer minorias eventuais substituir a voz do Parlamento.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) considerou da maior relevância que todos os senadores ouçam o general Alberto Cardoso. Em sua opinião, trata-se de questão de interesse de todo o Plenário e, se o depoente avaliar que algumas informações só possam ser concedidas em sessão reservada, não haverá dificuldade em tornar a sessão secreta. Concordando com Suplicy, Heloísa Helena (PT-AL) observou, contudo, que ninguém no Plenário é ingênuo para imaginar que a Casa vai arrancar informações relevantes do general Alberto Cardoso.

Acolhidas indicações para Defensoria Pública e STJ

Em votações secretas, o Plenário do Senado aprovou ontem duas indicações do presidente da República para ocupar postos públicos. Por 61 votos a favor, nenhum contra e duas abstenções, foi aprovado o nome de Anne Elisabeth Nunes de Oliveira para o cargo de defensora pública geral da União, com mandato de dois anos. O senador José Fogaça (PMDB-RS) foi relator da mensagem na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Foi também aprovado o nome de Sebastião de Oliveira Castro Filho para o cargo de ministro do Superior Tribunal de Justiça. O senador Iris Rezende (PMDB-GO) deu parecer favorável à indicação na CCJ. Nessa votação, foram registrados 63



Fogaça deu parecer favorável, na CCJ, à indicação da defensora pública geral

votos a favor, um contra e duas abstenções. As duas decisões serão agora comunicadas ao presidente da República.

Aprovadas concessões de quatro emissoras de rádio

O Senado aprovou ontem decretos legislativos outorgando e renovando permissões e concessões para a exploração de serviço de radiodifusão. Foi outorgada permissão à Rádio Interativa, de Aguaiá (SP); renovada a permissão da Rádio Belo Horizonte, de Belo Hori-

zonte (MG); outorgada concessão à MR Radiodifusão, de Urbano Santos (MA); e autorizada a execução de serviço de radiodifusão pela Associação de Comunicação, Cultura e Desporto, de Elesbão Veloso (PI). As matérias agora vão a promulgação.

Municípios do Nordeste terão um representante no conselho da Sudene

Os municípios do Nordeste terão um representante no Conselho Deliberativo da Sudene. Decisão nesse sentido foi aprovada ontem pelo Plenário do Senado, ao votar projeto do senador Freitas Neto (PFL-PI). O projeto vai agora à deliberação da Câmara.

Na justificativa do projeto, Freitas Neto argumenta que o conselho da Sudene precisa contar com uma entidade municipal de credibilidade e representatividade, que congregue a maioria dos municípios da região. Seu projeto disciplina a escolha desse representante, de forma a garantir que ele efetivamente traga ao conselho o pensamento dos prefeitos nordestinos.

Conforme o parlamentar, é nos municípios que se fazem os investimentos e que se conduzem os trabalhos organizados pela Sudene, cabendo-lhes, portanto, voz ativa nas decisões do conselho. Relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Edison Lobão (PFL-MA) apresentou duas emen-

das de redação, também aprovadas pelo Plenário.

Na discussão da matéria, Freitas Neto explicou que o conselho da Sudene hoje é constituído pelo superintendente da instituição, o presidente do Banco do Nordeste, governadores da região, representantes de seis ministérios, um representante das classes produtoras e outro das classes trabalhadoras. Já os municípios, que são diretamente afetados pelas decisões, estão injustificadamente fora do conselho.

Freitas Neto reconheceu que, na época da criação do conse-

lho, os municípios não dispunham de uma entidade que os representasse, mas agora existe a União Municipalista do Nordeste. Mesmo assim, o senador entendeu que o projeto não devia nominar a entidade que integrará o conselho.

No mesmo debate, o senador Hugo Napoleão (PFL-PI) elogiou a conveniência do projeto, dizendo que os municípios são a célula-mãe da Federação. Ele definiu a inclusão dos municípios no conselho como uma medida democrática e considerou importante ajudar a Sudene, e não combatê-la ou esvaziá-la.



Edison Lobão, relator do projeto na CCJ, apresentou duas emendas de redação, também aprovadas

CCJ regula relação entre Estado e fundos de pensão

O parecer aprovado pelos integrantes da comissão, de autoria do senador José Fogaça, condiciona a realização de novos investimentos por parte das entidades de previdência à concordância de suas patrocinadoras

Com base em relatório do senador José Fogaça (PMDB-RS), os senadores da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovaram ontem modificações no projeto de lei que define o relacionamento entre o poder público, empresas estatais e fundos de pensão. Fogaça acatou, com alterações, duas emendas apresentadas pela senadora Heloísa Helena (PT-AL) e uma emenda de José Roberto Arruda (PSDB-DF) que definem a paridade entre patrocinadores e assistidos no conselho deliberativo e restringem o controle ou participação em acordo de acionistas de empresas.

Diante de acordo incorporado ao relatório de Fogaça, José Eduardo Dutra (PT-SE) retirou voto em separado que havia apresentado pedindo a rejeição da emenda de Arruda, que, em sua redação original, vedava a possibilidade de os fundos de pensão controlarem, por meio da compra de ações, sociedades anônimas.

— Diversos blocos de acionistas já foram formados. Seria negativo retroceder nessa situação — afirmou José Fogaça.

Ele acrescentou que sua proposta condiciona novos investimentos de fundos de pensão em empresas à concordância da patrocinadora do fundo.

Segundo Fogaça, os fundos de pensão que têm planos de benefícios definidos devem ter maior participação de suas patrocinadoras, pois, em caso de déficit, os fundos não se mantêm autonomamente, necessitando de aportes para cobrir débitos. Dessa forma, como parte do acordo que contou com a participação do ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, o relator reinte-

grou ao projeto dispositivo que garante ao governo voto de qualidade no conselho deliberativo dos fundos de pensão.

Diante dessas explicações, Roberto Requião (PMDB-PR) e Jefferson Péres (PDT-AM), que haviam se manifestado contra a emenda original de Arruda, apoiaram o relatório de Fogaça, que foi aprovado por unanimidade.

— Já estava convencido da inconveniência da emenda do senador Arruda. Não faz sentido que fundos de pensão, que obedecem ao regime de capitalização, fiquem impedidos de ser acionistas majoritários de empresas. Nesse caso, os fundos só poderiam aportar recursos e correr o risco de verem a poupança dos participantes evaporar por gestão temerária — criticou Jefferson.

Com as alterações incluídas no projeto, a proposta terá de voltar à Câmara para apreciação das modificações introduzidas pelo Senado.

DOAÇÃO

Na mesma reunião, os integrantes da CCJ também aprovaram parecer do senador Bernardo Cabral (PFL-AM) favorável ao projeto de lei da Câmara que autoriza o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) a doar imóvel ao município do Recife. No terreno do INSS, foi criado, em 1985, o Parque da Jaqueira, de acordo com contrato de comodato que expira no próximo dia 31 de dezembro.

Segundo o parecer de Bernardo Cabral, o parque já faz parte do cotidiano dos habitantes da cidade, oferecendo à população atividades de lazer e noções sobre a importância da preservação da natureza. A matéria, de autoria do governo federal, segue para apreciação do Plenário.



O texto acolhido pelos senadores permite aos fundos de pensão ter o controle acionário de sociedades anônimas

Bens submersos ou afundados poderão ser explorados

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) também aprovou ontem projeto de lei que autoriza brasileiros e estrangeiros a explorar bens submersos ou afundados no mar territorial brasileiro. O relatório favorável é do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), e o projeto estabelece que quem fizer o resgate terá direito a recebimento de até 40% do valor do bem retirado do fundo do mar.

Os bens de valor histórico, artístico ou arqueológico ficarão em poder da União. O projeto ainda será votado no Plenário. A legislação atual permite que somente empresas brasileiras explorem os navios submersos. Para o autor da proposta, ex-deputado Fábio Feldman, “apesar de aparentemente garantir ao Brasil a propriedade desses bens, na verdade, a lei prestou um desserviço, pois desestimulou a pesquisa e, por outro lado, incentivou a pirataria”.

Os membros da CCJ aprovaram ainda o projeto que cria cargos no Tribunal Regional do Trabalho de Goiás, com relatório do senador

Iris Rezende (PMDB-GO). Iris rejeitou emenda de plenário do senador Bello Parga (PFL-MA) que determinava que o dinheiro necessário ao preenchimento dos cargos saísse da própria dotação orçamentária do TRT.

Segundo o relator, o projeto não aumenta as despesas do erário, já que a criação de cargos efetivos será acompanhada da dispensa dos servidores requisitados em outros órgãos pelo TRT. Assim, em vez de aumentar gastos, o relator informou que a proposta traria R\$ 84,67 mil por ano de economia.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) não concordou. Para ele, haverá aumento de despesa porque os servidores devolvidos aos órgãos de origem passarão a ser remunerados em sua antiga repartição. Iris respondeu que a maior parte dos servidores que hoje atuam no TRT vêm de municípios e do estado. O projeto foi



José Eduardo Dutra relatou a matéria favoravelmente

aprovado sem emendas para que não retornasse à Câmara, onde tramita desde 1994.

Na reunião de ontem, José Fogaça (PMDB-RS), relator do projeto que cria contribuição para financiar o Programa de Estímulo à Interação Universidade-Empresa, pediu maior prazo para finalizar o parecer.

Segundo ele, a matéria prevê aumento de impostos, o que não é visto com bons olhos pelas empresas que compram tecnologia do exterior e pagam royalties, que seriam afetadas pelo projeto.

O líder do governo, José Roberto Arruda (PSDB-DF), concordou com o pedido de adiamento e anunciou que o Palácio do Planalto irá promover reunião na manhã de hoje com técnicos do governo para discutir a proposta, que é de autoria do Executivo e já foi aprovada pela Câmara dos Deputados.

União pode ser autorizada a criar guarda nacional para proteger bens

Os senadores da CCJ aprovaram emenda apresentada em Plenário pelo senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que inclui na proposta de emenda constitucional sobre as guardas municipais a criação de guarda nacional com a finalidade de proteger os bens, serviços e instalações da União.



É de Arruda a emenda que cria a Guarda Nacional

Segundo a justificativa da emenda, a guarda nacional permitirá que a Polícia Federal e as Forças Armadas exerçam com exclusividade suas funções típicas: a Polícia Federal, a de polícia judiciária da União; e as Forças Armadas, a defesa da pátria e garantia dos poderes constitucionais. O relator da matéria foi Jefferson Péres (PDT-AM), em substituição a Iris Rezende (PMDB-GO). A matéria será apreciada pelo Plenário do Senado.

A CCJ aprovou ainda parecer favorável a projeto de Geraldo Cândido (PT-RJ) que autoriza o Executivo a instituir medidas de apoio a seus servidores que sejam pais ou responsáveis por portadores de deficiência.

O relator foi Lúcio Alcântara (PSDB-CE). A matéria segue para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), onde terá decisão terminativa — que equivale à do Senado como um todo, a não ser que seja apresentado recurso para apreciação pelo Plenário.

Definidas regras para fixar taxas de cartórios

Outro parecer aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) é favorável ao projeto de lei do Poder Executivo que determina a fixação das taxas e emolumentos dos cartórios de notas e registros pelos estados e o Distrito Federal. A proposta da nova legislação, já aprovada na Câmara dos Deputados, visa regulamentar o artigo 236 da Constituição federal e ainda será votada no plenário do Senado Federal. O relator da matéria é o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

De acordo com o projeto, o valor a ser fixado deverá corresponder ao efetivo custo e à adequada e suficiente remuneração dos serviços prestados, sempre levando em conta a natureza pública e o caráter social dos serviços notariais e de registro. As normas valem para os cartórios de notas, registro civil, registro de imóveis e de títulos e documentos, entre eles os cartórios judiciais.

A lei prevê que os estados e o Distrito Federal estabelecerão forma de compensação para as certi-

dões de nascimento e outros serviços que, por obrigação legal, devem ser gratuitos para o público em geral. O texto dá prazo de 90 dias para que as tabelas sejam revistas e se adaptem à nova lei.

Foi rejeitada emenda do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que abria exceção para a cobrança de taxas ou acréscimos sobre os emolumentos para financiar um Fundo de Reaparelhamento e Modernização ou para o custeio do regime próprio de servidores dos cartórios.

Comitê calcula em R\$ 6 bi esforço contra a sonegação

Nova estimativa de receita será apresentada ao plenário da Comissão de Orçamento, hoje, às 10h, em forma de adendo ao relatório parcial

Reunido ontem à noite, o comitê de receitas da Comissão Mista de Orçamento concluiu que os três projetos de combate à sonegação, em tramitação na Câmara e que financiarão parte do aumento do salário mínimo para R\$ 180, renderão ao Tesouro R\$ 6 bilhões no próximo ano. A estimativa de receita será apresentada ao plenário da Comissão, hoje, às 10h, em forma de adendo ao relatório parcial de arrecadação.

Presidido pelo relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando (PMDB-RO), o comitê resolveu utilizar da seguinte forma esta receita adicional: R\$ 1,2 bilhão para



Amir Lando presidiu a reunião do comitê de receitas

financiar parte do aumento do salário mínimo, R\$ 800 milhões para bancar emendas individuais dos parlamentares e R\$ 4 bilhões para emendas coletivas (apresentadas por bancadas e comissões) e para uso do relator-geral.

O comitê decidiu não apresentar agora qualquer reestimativa de arrecadação da CPMF e da Contribuição Financeira para a Seguridade Social (Cofins), à espera de novos dados sobre o comportamento das receitas federais. Há poucos meses foram feitas mudanças na cobrança dessas duas contribuições e ainda não há segurança sobre os novos níveis

de arrecadação. O comitê também não indicará agora de onde sairá R\$ 1,4 bilhão para substituir a previsão do Executivo de cobrança da contribuição previdenciária dos inativos federais – os líderes rejeitaram a proposta do Palácio do Planalto de votar ainda neste ano a taxa dos inativos.

A Comissão de Orçamento apreciará hoje de manhã, além da nova previsão de receitas, dezenas de pedidos de créditos suplementares feitos pelo presidente da República. A comissão chegou a se reunir ontem para esta votação, mas o PT decidiu continuar obstruindo os trabalhos até que fique “bem claro se os partidos da base governista votarão ou não os projetos contra a sonegação”, conforme o deputado João Cóser (PT-ES).

Amir Lando insiste na importância dos projetos

O relator-geral do Orçamento 2001, senador Amir Lando, afirmou ontem que, sem a aprovação dos três projetos destinados a combater a sonegação, “não haverá salário mínimo de R\$ 180”. Ele minimizou a reação de alguns líderes contra o item do acordo firmado pela relatoria com o Executivo que prevê o uso de todo o dinheiro das emendas parlamentares no pagamento do salário mínimo.

– O acordo foi tratado com os líderes partidários. Eles sabiam

e concordaram com a alternativa. Não acredito que, sob o argumento de que não abrem mão de suas emendas, os deputados e senadores se recusem a votar os projetos de combate à sonegação. Não acertei nada sem o consentimento dos líderes – disse Amir Lando.

O acordo firmado na noite de terça-feira entre o Palácio do Planalto, o relator-geral do Orçamento 2001 e a liderança do governo no Congresso prevê que serão destinados ao salário

mínimo recursos de três fontes: R\$ 1,6 bilhão das verbas antes direcionadas às emendas parlamentares, corte de R\$ 300 milhões no custeio da máquina administrativa e R\$ 1,2 bilhão de receita a ser proporcionada pelos projetos anti-sonegação. Se a arrecadação superar o R\$ 1,2 bilhão, os recursos serão usados nas emendas do Congresso. Os economistas do Congresso acreditam que os projetos vão aumentar a arrecadação em até R\$ 9 bilhões ao ano.



A Comissão de Orçamento deverá receber até o dia 14 de dezembro o relatório geral sobre o Orçamento, preparado por Amir Lando

Orçamento terá que ser votado até o dia 15

A Comissão Mista de Orçamento terá de votar o projeto do Orçamento para 2001 até dia 15 de dezembro, mesmo com o atraso ocorrido por conta da discussão das fontes de financiamento do salário mínimo. A manutenção do prazo final foi decidida ontem durante reunião do presidente da comissão com o relator-geral e os dez relatores setoriais.

Foram feitas apenas duas modificações no cronograma. Os sub-relatores ganharam 12 dias para apresentar seus pareceres sobre as diversas emendas apresentadas pelos parlamentares e agora o trabalho deverá estar concluído até dia 6 de dezembro – o prazo anterior esgotou-se no último fim de semana. Já o relator-geral, senador Amir Lan-

do (PMDB-RO), ganhou apenas três dias para apresentar seu trabalho final ao plenário da Comissão – será no dia 14.

O presidente da comissão, deputado Alberto Goldman (PSDB-SP), acredita que, apesar dos prazos reduzidos, o Congresso tem condições de votar o Orçamento ainda neste ano. Ele lembrou que o atraso na votação, como ocorreu nos últimos anos, irá prejudicar “as milhares de obras em andamento no país”, pois a partir de 2001 o Executivo só pode liberar dinheiro em janeiro e fevereiro para pagamento de pessoal, previdência, juros e amortizações da dívida pública. Não se podem liberar mais “duodécimos” do orçamento para obras ou custeio da máquina pública.

Acordo do mínimo é marco histórico, afirma Ornélas

O ministro da Previdência e Assistência Social, Waldeck Ornélas, classificou ontem como um “marco histórico” o acordo firmado entre lideranças partidárias e o governo para elevar o valor do salário mínimo a R\$ 180, a partir de abril do ano que vem. Ele afirmou ainda que o aumento não terá impacto sobre as contas da Previdência, uma vez que suas fontes de financiamento estão definidas.

– Pela primeira vez na história deste país, discute-se o novo valor do salário mínimo no momento oportuno, que é o da discussão do Orçamento – afirmou Ornélas na abertura de uma audiência pública sobre o tema promovida pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso Nacional.

Segundo números apresentados

pelo ministro, deverão ser pagos em média, no ano que vem, 19,9 milhões de benefícios. Desse total, 12,8 milhões terão valor igual ao do salário mínimo. Ele procurou deixar claro, no entanto, que apenas 35% deles – 4,6 milhões de benefícios – serão propriamente previdenciários, ou seja, resultado de contribuições feitas até o momento da aposentadoria pelos segurados.

– O problema do salário mínimo não é previdenciário, mas fiscal – reiterou Ornélas. Depois da aprovação do fator previdenciário, explicou, o déficit do setor se estabilizou e deverá limitar-se, em 2020, a 0,84% do Produto Interno Bruto (PIB). O peso do aumento do salá-



Ornélas (E), ao lado de Goldman, fala na Comissão de Orçamento

rio mínimo, disse o ministro, recairia, portanto, sobre benefícios assistenciais ou subsidiados.

Dos 12,8 milhões de benefícios de valor igual ao mínimo, 1,2 milhão refere-se à aplicação da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas) e sete milhões aos beneficiários subsidiados. Por meio da Loas, são beneficiados idosos acima de 67 anos sem renda e os portadores de deficiência com renda *per capita* familiar inferior a um quarto do

salário mínimo. Os benefícios subsidiados atingem principalmente os segurados especiais, como os trabalhadores rurais. “O déficit decorre de subsídios e tem de ser coberto com recursos de contribuições sociais”, defendeu Ornélas.

O ministro detalhou para os parlamentares os setores beneficiados pelos R\$ 8,3 bilhões em renúncias previdenciárias. Os segurados especiais contam com R\$ 3,2 bilhões e as empresas filiadas ao Simples com R\$ 2,2 bilhões. As entidades filantrópicas, ressaltou Ornélas, têm isenções de R\$ 1,9 bilhão e muitas vezes oferecem assistência social apenas aparente. “Existem 200 grandes empresas que exploram serviços de saúde e educação, representam 50% da renúncia previdenciária e montam creches es-

condidas nas favelas para dizerem que prestam assistência”, condenou.

Durante o debate na comissão, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) questionou o real impacto sobre as contas públicas decorrente do aumento do salário mínimo, uma vez que o novo valor também contribuiria para o aquecimento da economia. O ministro respondeu que os cálculos feitos pelo governo quando ainda se discutia o tamanho do reajuste já levavam em conta o seu resultado líquido nas contas públicas, ou seja, o aumento das despesas deduzido do aumento da arrecadação. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) pediu esclarecimentos sobre a forma de cobrança de contribuições do setor rural.

CAS aprova mudança nos hospitais universitários

Instituições poderão atender pacientes que se disponham a pagar ou tenham cobertura de planos de saúde. Objetivo do projeto, que tramita em caráter terminativo, é permitir a captação de recursos provenientes de internações

Os hospitais universitários e de ensino poderão atender pacientes que se disponham a pagar pela assistência prestada ou que se encontrem cobertos por planos de saúde. O pagamento será na mesma base do Sistema Único de Saúde, com diferenciação apenas no padrão de hotelaria. A decisão foi tomada pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), ao aprovar parecer favorável do senador Geraldo Althoff (PFL-SC) ao projeto do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) que permite aos hospitais universitários, na prática, captar recursos provenientes de internações hospitalares.

A matéria voltará a ser examinada na próxima semana em tur-

no suplementar, mas tem decisão terminativa na CAS. O senador Tião Viana (PT-AC) anunciou que apresentará emenda à proposição.

Para o presidente da CAS, senador Osmar Dias (PSDB-PR), o projeto "é de alto alcance social", razão pela qual, adiantou, fará o possível para que seja votado antes do recesso parlamentar. A seu ver, as populações mais humildes, com a aprovação do projeto, terão maior oportunidade de atendimento médico-hospitalar. Em contrapartida, os hospitais universitários passariam a ter novos recursos, a serem aplicados na manutenção das unidades e na melhoria das condições de atendi-



Althoff deu parecer favorável ao projeto que muda o atendimento nos hospitais universitários

mento.

Na mesma reunião, a CAS resolveu ouvir o Conselho Federal de Medicina a respeito do projeto do senador Edison Lobão (PFL-MA)

que estende de 30 dias para dois anos o prazo de penas disciplinares aplicadas aos médicos por falta cometida no exercício da profissão. A audiência foi pedida pelo senador Geraldo Althoff.

TRANSGÊNICOS

O projeto da senadora licenciada Marina Silva (PT-AC) que proíbe, por cinco anos, o plantio e comercialização de alimentos geneticamente modificados, teve sua votação adiada pela Comissão de Assuntos Sociais. O motivo do adiamento foi que o relator, senador Lúcio Alcântara, resolveu aprofundar a análise da matéria e ouvir entidades e especialistas no assunto.

O senador Júlio Eduardo (PV-

AC) pediu vista do projeto do senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) que concede incentivos fiscais aos proprietários rurais que preservarem permanentemente as reservas florestais legais. O valor anual das deduções, de acordo com o projeto, não poderá ser superior a 20% do Imposto de Renda devido. A matéria deve entrar em pauta na próxima reunião da CAS.

A votação do projeto que cria reserva do Fundo de Participação dos Estados (FPE) para os estados que mantenham unidades de conservação da natureza e terras indígenas demarcadas em seus territórios também foi adiada, em virtude de pedido de vista do senador Moreira Mendes (PFL-RO).



Osmar (entre Arlindo Porto e Heloísa Helena) pediu que seja ouvido o ministro Paulo Renato

Senadores querem ouvir ministro sobre repasse dos recursos do Fundef

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem requerimento do presidente do colegiado, senador Osmar Dias (PSDB-PR), convidando o ministro da Educação, Paulo Renato de Souza, e o presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime), Neovaldo Pontes de Azevedo, para prestarem esclarecimentos sobre os critérios adotados para o repasse aos municípios dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Osmar Dias informou que em recente encontro com prefeitos de municípios paranaenses ouviu deles a reclamação de que o Paraná estaria retendo até 100% dos recursos do Fundef. O senador lembrou que a partir da criação desse fundo, em janeiro de 1998, o ensino fundamental teria assegurado, por força do disposto no Artigo 212 da Constituição

federal, a transferência de recursos. Essa transferência seria feita da União para os estados e municípios, com base no número de alunos.

Apesar de assegurar seu voto em favor do requerimento, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) observou que a origem do problema é mais profunda. A maneira adequada de combatê-la seria a reforma tributária, disse ele. Para o senador, o Brasil continua constringido por uma excessiva centralização econômica e financeira, herança dos colonizadores portugueses.

— E não vai ser agora que vamos resolver isso, porque eu sei que a reforma tributária já foi amaciada através de acordos paralelos entre a União, os estados e municípios, para garantir que os recursos continuem em mãos do governo federal — observou.

O presidente da CAS informou ao senador Mozarildo Cavalcanti

(PFL-RR) que a secretaria da comissão está tentando marcar para a próxima semana uma audiência pública com o ministro da Saúde, José Serra. O ministro deverá prestar informações aos senadores sobre a volta de doenças infecciosas como a dengue e o cólera, entre outras, conforme requerimento de Mozarildo, aprovado há três meses.

Osmar Dias comunicou ainda a transferência, de ontem para o próximo dia cinco de dezembro, da audiência pública sobre os critérios utilizados para a escolha dos municípios que foram contemplados pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). Indicada pelo ministro-chefe da Casa Civil, Pedro Parente, para prestar os esclarecimentos aos senadores, a secretária da instituição, Vanda Engel, não pôde comparecer por motivo de viagem, como esclareceu ofício enviado à presidência da CAS.

Doadores de sangue poderão ter isenção de taxa em concurso público

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou ontem, em caráter terminativo, projeto de lei que isenta os doadores de sangue, por três meses após cada doação, do pagamento de taxa de inscrição em concursos públicos. O projeto é do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE). Seriam beneficiados apenas os doadores de sangue coletado por banco mantido pelo poder público.

Para conseguir o benefício, os interessados deverão comprovar a doação através de atestado oficial fornecido pelo banco de sangue. Para evitar que o mesmo atestado seja usado como comprovante de doação em mais de uma inscrição, o projeto estabelece que o responsável pelos procedimentos de inscrição deverá reter o documento.

Foi aprovado também projeto de lei da ex-senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) que torna obrigatória a existência de acomodações separadas para fumantes e não-fumantes em hotéis. Segundo a proposta, os hotéis e estabelecimentos similares destinados à locação, por dia ou temporada, ficam obrigados a reservar metade de suas instalações para a acomodação de não-fumantes. A reserva deverá ser feita preferencialmente por andares ou pisos.

A Comissão de Assuntos Soci-



Lúcio Alcântara é autor do projeto que beneficia os doadores em bancos de sangue públicos

ais rejeitou o projeto de lei que institui estágio obrigatório remunerado como condição para a concessão do diploma de médico e a autorização para exercício profissional da medicina. O parecer contrário, aprovado pela comissão, é do senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS).

Por sua vez, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu vista do projeto que regulamenta o trabalho rural. O senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) também pediu vista do projeto de lei que torna obrigatória a inserção nas embalagens de roupas íntimas de orientações impressas sobre a importância de exames preventivos de câncer de mama, colo de útero e de próstata.

Especialistas sugerem maior atenção contra drogas legais

Em debate na Comissão de Educação, técnicos lembram que drogas lícitas, como álcool e tabaco, são as mais consumidas pelos adolescentes

A prevenção ao uso de drogas deve abordar, além dos efeitos negativos para a saúde, o ganho em qualidade de vida que a abstinência traz. A opinião foi expressa pela educadora Maria José Ciqueira durante audiência pública realizada na Comissão de Educação (CE) para debater projeto que altera a Lei de Entorpecentes.

“O adolescente recebe sanções mas tem pouco espaço para expandir suas potencialidades”, afirmou, defendendo que a prevenção abranja também as drogas lícitas. Segundo a educadora, as drogas mais usadas pelos adolescentes são o álcool, o tabaco, os solventes e os ansiolíticos, todas lícitas. O senador Artur da Távola (PSDB-RJ), autor do substitutivo ao projeto do deputado Elias Murad (PTB-MG) que trata do tema, disse que definir a forma de tratar as drogas legais e tipificar os crimes foram as duas principais dificuldades que enfrentou para elaborar o relatório.

O coordenador do Programa Nacional de Doenças Transmissíveis e Aids do Ministério da Saúde, Paulo Teixeira, pediu que a nova lei regulamente a atuação dos agentes de saúde que distribuem serin-



Paulo Teixeira, Tânia Monteiro, o senador Freitas Neto, Mathias Flack, Maria José Ciqueira e Ney Teles, durante a audiência pública na CE

gas para usuários de drogas, como era previsto no texto original. Ele frisou que os países que adotam políticas de redução de danos à saúde de usuários de drogas injetáveis, como a Austrália, registram uma incidência de casos de Aids bem menor que a registrada nas demais nações.

A assessora da Secretaria Nacional Anti-Drogas (Senad) Tânia Maria Monteiro disse que a prevenção ao uso de drogas é uma ação de saúde pública. O advogado Luiz Mathias Flack, ex-presidente do Conselho Nacional de Entorpecentes, destacou que a ênfase repressiva precisa ser voltada contra o traficante. O advogado e professor Ney Moura Teles

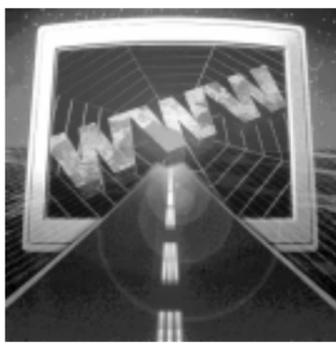
fez várias sugestões quanto ao texto do substitutivo. Uma delas é considerar crime a associação de duas ou mais pessoas com o intuito de traficar drogas ilícitas, mesmo antes que a comercialização tenha se efetivado. Também considerou eticamente inaceitável a possibilidade de infiltração de policiais nas quadrilhas, como prevê o substitutivo de Távola.

O senador Romeu Tuma (PFL-SP) defendeu a diminuição de pena de criminosos que colaborem com a Justiça, mecanismo também previsto no substitutivo. O senador Ricardo Santos (PSDB-ES) destacou a importância de programas de prevenção contra as drogas lícitas.

Preocupação com privacidade domina discussão sobre Internet

A privacidade dos usuários da rede mundial de computadores, a Internet, foi a principal preocupação demonstrada pelos participantes de audiência pública realizada ontem pela Comissão de Educação (CE). Os convidados contribuíram com informações para o projeto de lei que busca regulamentar o acesso a informações e o uso da Internet. O relator da matéria é o senador Álvaro Dias (PSDB-PR).

No debate, foram abordados diversos aspectos relacionados com a regulamentação de um ambiente naturalmente anárquico e que cresce numa velocidade enorme. Pontos como o tempo de arquivamento de dados e a competência constitucional da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) para regulamentar a Internet foram questionados pelos palestrantes. Eles também apontaram as dificuldades diante da diversidade tecnológica e dos acessos internacionais e públicos.



O diretor da Divisão de Sistemas Legislativos do Prodasen, João de Holanda, alertou para o direito do usuário de saber que informações são registradas a seu respeito, pois empresas já estão, ilicitamente, coletando informações dos usuários para conhecer suas necessidades de consumo. Segundo ele, o projeto de lei abre a possibilidade de disciplinar essa prática.

O coordenador-geral do Laboratório de Sistemas Integráveis da USP, João Antônio Zuffo, mostrou que a

ficção científica já foi ultrapassada pela realidade. Segundo ele, já existe hoje a possibilidade de se criarem clones eletrônicos com *softwares* que interagem com o usuário e assumem sua personalidade, seu perfil psicológico, podendo até conversar com outras pessoas e tomar decisões pelo usuário. “É preciso tomar muito cuidado para evitar a criação de um Grande Irmão e o totalitarismo”, alertou.

A senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) disse que o projeto tem um espírito positivo e reconheceu a necessidade de aperfeiçoá-lo. Também defendeu a necessidade de um certo controle sobre a Internet, para garantir maior transparência em determinados momentos, como numa investigação de uma CPI.

Participaram ainda da audiência o presidente da Associação Brasileira dos Provedores de Internet (Abranet), Roque Abdo, e o diretor da Consultoria do Prodasen, Francisco José Fiúza Lima.

Gros: BNDES amplia esforço para reduzir desigualdades regionais

O presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Francisco Gros, disse ontem na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) que a instituição tem papel limitado na diminuição das desigualdades regionais, principalmente ao utilizar recursos do próprio banco. Mas, respondendo a perguntas feitas pelos senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e José Eduardo Dutra (PT-SE), ele afirmou que a atuação da instituição nesse campo irá crescer com o chamado Programa dos Eixos.

O programa prevê a aplicação de recursos do Orçamento da União, associados a recursos privados, no valor total de R\$ 186 bilhões entre 2000 e 2007. Serão priorizadas as áreas mais pobres do país, especialmente nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste.

— Infelizmente, as desigualdades regionais não vão acabar da noite para o dia — ponderou Gros, que discutiu os planos do banco na CAE em razão de requerimento apresentado por Jefferson Péres.

Dutra considerou “perdida” a última década, uma vez que os investimentos do BNDES nas três regiões ficaram na média de 24% das aplicações totais do banco, percentual que equivale à participação do Norte, Nordeste e Centro-Oeste na produção nacional. O senador sergipano cobrou maior dinamismo do BNDES na busca de investimentos, mas Gros argumentou que o banco depende da existência de projetos aos quais possa dar apoio, não podendo “criá-los do nada”.

O presidente do BNDES prometeu fazer esforços no sentido de aumentar a eficiência da relação entre o banco e seus agentes financeiros, de tal modo que os empreendedores não sofram com a falta ou demora na aplicação dos recursos por instituições repassadoras (o Banco do Brasil é a mais importante). O senador Lúcio Alcântara

(PSDB-CE) foi um dos que relataram casos em que o dinheiro ofertado pelo BNDES custou a sair por falta de entendimento entre o BNDES e o BB.

Gros também falou sobre como o banco irá atuar no financiamento a compradores de empresas em privatização, atendendo a indagações de vários senadores. Entre eles, Ney Suassuna (PMDB-PB), presidente da CAE, e Pedro Simon (PMDB-RS). Gros defendeu o modelo de financiamento a compradores utilizado na privatização da Telebrás, já que o Brasil enfrentava crise de credibilidade e precisava vender as empresas. No momento, considera desnecessário esse tipo de financiamento e fora das prioridades do BNDES.

Eduardo Suplicy (PT-SP) e Paulo Hartung (PPS-ES) pediram explicações sobre os investimentos sociais do banco. Gros respondeu que, no orçamento da instituição para o quinquênio 2000/2005, no valor de R\$ 30 bilhões, está previsto um aumento de aplicações em projetos sociais de 4,4% para 16,7%, até o final do período.

O presidente do BNDES observou que a oferta desses R\$ 30 bilhões levará as empresas a captarem recursos complementares em outras instituições, elevando o volume de recursos disponíveis para projetos financiados pelo banco. Desse total, R\$ 5,5 bilhões (contra R\$ 2,8 bilhões em 1999) deverão ser emprestados a projetos de micro, pequenas e médias empresas.

Pedro Piva (PSDB-SP) defendeu a aplicação pesada em grandes corporações como forma de dinamizar a economia. Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) sugeriu que se evite a concentração das aplicações do dinheiro em determinados setores. Ele lembrou que há alguns anos os investimentos do BNDES no pólo petroquímico de Camaçari eram superiores a todo o investimento do banco no Nordeste.



Gros e o senador Ney Suassuna: segundo o presidente do BNDES, “as desigualdades regionais não vão acabar da noite para o dia”



João Alberto sugere investimentos principalmente na educação para reduzir a violência

João Alberto defende ação efetiva contra a violência

O senador João Alberto (PMDB-MA) defendeu uma “ação pública decisiva e severa”, principalmente com investimentos na educação, como forma de diminuir os índices de violência, sobretudo entre os jovens. Dados parciais do Censo 2000 liberados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) apontam que a violência está matando cada vez mais jovens entre 15 e 24 anos de idade.

Na avaliação do senador, várias são as causas que estimulam o crescimento da violência. A desagregação da família, a falta de uma política de governo voltada para a infância, a urbanização rápida, o desemprego, o consumismo e a ausência do Estado, manifestada na crise das instituições públicas, foram alguns dos motivos citados por João Alberto.

— A violência é também fruto da cultura. A sociedade brasileira forjou-se na violência. Índios contra índios. Portugueses contra índios e índios contra portugueses. Violência nos engenhos de açúcar, nos cafezais, nas senzalas, nas fazendas, nos lares que praticaram e praticam as surras, na mídia que se compraz com o surpreendente e sensacional. A violência da corrupção e da captura dos recursos públicos. Violência que gera e violência que embota a sensibilidade e acostuma à morbidez — analisou.

João Alberto lembrou que o aumento da violência tem multiplicado as manifestações públicas pela paz, inclusive com a participação de entidades internacionais. Ele destacou a Caminhada pela Paz realizada no dia 12 de novembro, no Rio de Janeiro, patrocinada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) e pelo governo do estado do Rio de Janeiro.

Maguito Vilela faz apelo por paz no Oriente Médio

No Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, senador cobra esforço da comunidade internacional para pôr fim às hostilidades

No Dia Internacional de Solidariedade ao Povo Palestino, comemorado ontem, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) manifestou sua solidariedade tanto aos palestinos como aos judeus. Ele defendeu maior participação do Brasil e da comunidade internacional para pôr fim às hostilidades entre as duas nações, afirmando que “a interferência externa é fundamental para que a paz prevaleça na região”.

Maguito Vilela lembrou que a data marca a histórica decisão das Nações Unidas, em 1947, de criar dois Estados na Palestina, um árabe e um judeu, na tentativa de consolidar um tratado que previsse a coexistência pacífica entre os dois povos.

A realidade, contudo, lamentou o senador, é totalmente oposta aos propósitos das Nações Unidas, com o aprofundamento da crise entre palestinos e judeus. Ele lembrou que nos dois últimos meses os conflitos armados diários re-



Maguito declara solidariedade a palestinos e judeus e pede trabalho pela paz

sultaram na morte de 250 pessoas e milhares de feridos, entre os quais dezenas de crianças com menos de dez anos de idade.

— O mundo deve trabalhar no sentido de construir a paz no Oriente Médio. É inconcebível que, nos dias de hoje, dois povos evoluídos, como israelenses e palestinos, possam viver em permanente conflito, com as populações dos dois lados continuamente intranquias, acuadas, sem saber se es-

tarão vivas no dia de amanhã — frisou o senador.

Maguito Vilela disse que os gestos de violência devem dar lugar a um imediato cessar-fogo, ponto de partida para a retomada do diálogo com base nas resoluções da ONU. “Só dessa forma, com respeito aos direitos dos dois povos, que devem ser assegurados de maneira igualitária, será possível pensar na construção de uma paz duradoura” — acentuou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) solidarizou-se com Maguito, perguntando por que, se no Brasil palestinos e judeus trabalham e convivem pacificamente, não podem fazer o mesmo no Oriente Médio.

Maguito Vilela registrou ainda a indicação de Sebastião Castro Filho para ministro do Superior Tribunal de Justiça. Ele informou que Castro Filho é o primeiro desembargador de Goiás indicado para o cargo e ressaltou que saberá desempenhar com honra suas novas funções.

Juvêncio da Fonseca critica reforma administrativa em Mato Grosso do Sul

O senador Juvêncio da Fonseca (PFL-MS) criticou ontem a reforma administrativa que o governador de Mato Grosso do Sul, José Orcírio dos Santos, o Zeca do PT, está promovendo no estado. Conforme o parlamentar, apesar de a reforma ser necessária e importante, ela baseia-se em fatos “que não são verdadeiros”.

O governo do estado, relatou o senador, anuncia junto com a reforma um programa de ajuste financeiro rigoroso, “principalmente para um governante do PT”, o que mereceu elogios do presidente Fernando Henrique Cardoso. Mas Juvêncio avalia que a reforma não espelha a verdade, porque vem acompanhada de “uma farra de contratações estapafúrdias”, apesar de o estado já vir registrando déficit fiscal. O resultado, continuou o senador, é que as empresas públicas começaram a inchar com a nomeação para cargos comissionados.

— O que se viu no começo da administração de José Orcírio foi o nepotismo desvairado praticado pelo governador, que hoje é de conhecimento nacional — criticou.

O senador disse que em 1998 o quadro de pessoal do estado era de 49 mil funcionários. Depois da posse do atual governador, o número teria subido para 56 mil. Além disso, acrescentou, há hoje a ameaça de greve dos funcionários, que estão com os salários atrasados, a Assembléia Legislativa não recebe o repasse orçamentário e os fornecedores não estão sendo pagos.

Uma prova do despreparo do governador, de acordo com Juvêncio da Fonseca, é que o orçamento enviado pelo governo à Assembléia não contempla a reforma administrativa. “O governo estadual descobriu que o projeto de orçamento está errado, está desatualizado e não se ajusta à reforma administra-



Juvêncio diz que a reforma é necessária, mas baseia-se em fatos “que não são verdadeiros”

tiva”, acentuou.

Em aparte, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu Zeca do PT, afirmando que parlamentares de oposição ao governador, que agora criticam a iniciativa de promover a reforma administrativa, foram unanimemente favoráveis à “verdadeira asfixia” que o governo federal promoveu contra os estados, com as sucessivas reformas aprovadas pelo Congresso.



Patrocínio: Brasil não deve ser gerador de empregos nos países que importam os produtos nacionais

Patrocínio quer melhores condições para a exportação

O déficit comercial brasileiro, de cerca de 4% do Produto Interno Bruto (PIB), e o aumento da competição no mercado internacional levaram o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) a defender melhores condições para as exportações nacionais, único caminho, a seu ver, para assegurar o equilíbrio do balanço de pagamentos.

Para tanto, ele considera que governo e empresários devem trabalhar no sentido de garantir menos impostos, investimento em infraestrutura de transportes, melhores condições de financiamento, modernização de métodos e processos e, principalmente, produtos com maior valor agregado, para que o Brasil não continue sendo gerador de empregos nos países que importam os produtos nacionais.

Os dados referentes à exportação de couro são reveladores, observou Patrocínio. Do total de couro exportado em 1999, mais de 71% foram de couro em estágios primários, 14,7% de couro semiacabado e 13,6% de couro acabado. Países como a Itália, por exemplo, importam 95% em couro de baixo valor agregado e 2% de couro acabado. É por isso que, na opinião do senador, os exportadores têm razão ao considerar que “o efeito mais visível da política tributária brasileira na exportação da cadeia coureiro-calçadista é a ampliação da exportação de produtos de menor valor agregado em detrimento dos de maior valor agregado”.

No esforço pelo fortalecimento das exportações, cabe ao governo, segundo Patrocínio, a formulação de uma política de médio e longo prazos que amplie a base exportadora, fomente nichos de mercado em que o Brasil pode ter vantagens competitivas e, principalmente, implante uma política de agregação tecnológica aos produtos nacionais.



Ex-governador de Minas, Milton Campos foi um dos fundadores da UDN

Plenário homenageia o ex-senador Milton Campos

Por solicitação do senador Francelino Pereira (PFL-MG), a Hora do Expediente da sessão de hoje será destinada à comemoração do centenário de nascimento do político mineiro Milton Campos. O requerimento, assinado também por outros senadores, foi aprovado em plenário em 23 de março deste ano.

Para o representante de Minas Gerais no Senado, o liberal e democrata Milton Campos "foi figura de grande destaque dentre os maiores políticos mineiros de projeção nacional no século 20". Em sua justificativa, Francelino Pereira afirmou também que o ex-senador foi um firme defensor do estado de direito "e hábil praticante da difícil arte do meio termo da política".

O parlamentar ressaltou que Milton Campos encerrou sua vida política no Senado, terminando seu mandato no início de 1971. Ex-governador de Minas, Milton

Campos apoiou a Revolução de 30, opôs-se ao Estado Novo de Getúlio Vargas e foi um dos fundadores da União Democrática Nacional (UDN).

Francelino Pereira recordou ainda, em sua justificativa, a campanha civilista de Rui Barbosa, que teve grande impacto na formação do caráter de Milton Campos, cujos 100 anos de nascimento são agora comemorados. O senador também chamou a atenção para a participação de Milton Campos em fatos marcantes da vida nacional, como a introdução do parlamentarismo e os debates sobre a reforma agrária e a legislação eleitoral.

Já estão inscritos para falar na sessão de homenagem os senadores Arlindo Porto (PTB-MG), José Alencar (PMDB-MG), Carlos Bezerra (PMDB-MT), Leomar Quintanilha (PPB-TO), Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS).

Normas para política nacional de sangue serão apreciadas

O Senado vota hoje projeto que regulamenta a coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados. A proposta estabelece o ordenamento institucional para a execução dessas atividades. Devem ser mantidos os termos do texto já aprovado pela Câmara.

O texto regulamenta o artigo 199 da Constituição, ao fixar diretrizes para caracterizar a área de atuação, direção, gestão e financiamento da atividade hemoterápica no país. Segundo o relator da matéria na Comissão de Assuntos Sociais (CAS), senador

Geraldo Althoff (PFL-SC), o novo ordenamento institui uma política nacional de sangue, cujos objetivos são a garantia de auto-suficiência e a harmonização das ações do poder público.

Tramitando na Câmara desde maio de 1991, o texto chegou ao Senado em janeiro do ano passado, tendo sido nesse período examinado e aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Se aprovado pelo Plenário sem modificações, o projeto não precisará retornar à Casa de origem, indo diretamente à sanção do presidente da República.

Luxemburgo será ouvido hoje pela CPI do Futebol

O treinador é acusado de sonegar impostos, incorrer em falsidade ideológica e tirar proveito financeiro da venda de jogadores

O ex-técnico da seleção brasileira de futebol Wanderley Luxemburgo deporá hoje, a partir das 9h, na comissão parlamentar de inquérito do Senado que está investigando irregularidades no futebol. Entre outros assuntos, ele deve se pronunciar a respeito das denúncias de que teria incorrido em falsidade ideológica, sonegado impostos e tirado proveito financeiro da venda de jogadores.

Os senadores pretendem comparar as explicações de Luxemburgo com os dados referentes à sua movimentação bancária, já enviados à CPI pelo Banco Central. O treinador, que também teve seu sigilo fiscal quebrado, deve falar ainda a respeito da reportagem dos jornalistas Cláudio Neves e Wilson de Carvalho, publicada no *Jornal dos Sports* do dia 19 de novembro. Segundo a



Álvaro Dias é o presidente da CPI do Futebol que realiza audiência com Luxemburgo a partir das 9h

publicação, o jogador Macula afirmou que Luxemburgo teria recebido comissão relativa à sua transferência do Juventude (RS) para o Palmeiras (SP).

A CPI solicitou ao Banco Central que envie todas as informações re-

ferentes às contas CC5 pertencentes a Wanderley Luxemburgo. Também foi quebrado o sigilo bancário e fiscal da empresa Luxemburgo Veículos. A CPI do Futebol, presidida por Álvaro Dias (PSDB-PR), requereu ainda ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras todas as informações que o órgão dispõe sobre o treinador.

Também foi quebrado o sigilo telefônico das linhas celulares e fixas registradas em nome de Renata Alves, a estudante de Direito que fez várias acusações contra o treinador, e daquelas instaladas no endereço que ela disse ter utilizado no período em que mantinha relacionamento com o treinador. Em seu depoimento à CPI, Renata afirmou que Luxemburgo realizava ligações telefônicas para tratar de transações e negócios relacionados ao futebol.

CPI do Roubo de Cargas voltará a se reunir em São Paulo na próxima semana

Em reunião administrativa realizada ontem, a comissão parlamentar mista de inquérito que investiga o roubo de cargas em todo o país decidiu fazer mais uma visita a São Paulo (SP) nos dias 7 e 8 de dezembro. O objetivo é fazer a acareação de 14 policiais do Departamento de Crimes contra o Patrimônio (Depatri), acusados pelo detento Sálvio Barbosa Vilar de comandar quadrilha que atua no desvio de cargas. De acordo com o senador Romeu Tuma (PFL-SP), presidente da CPI, "há fortes indícios de que Sálvio não estava mentando".

A comissão aprovou ainda a quebra de sigilo bancário, telefônico e fiscal de 29 pessoas e empresas, em decorrência do depoimento do diretor do Depatri, Godofredo Bittencourt, ouvido durante visita a São Paulo na semana passada, e das acusações do detento Sálvio. A comissão decidiu também pedir a juízes das cidades pernambucanas de Bezerros, Gravatá e Vitória de Santo Antão mandados de busca e apreensão de armas, veículos e cargas em diversas fazendas da região indicadas por Sálvio.

O senador disse que vai insistir



Romeu Tuma, presidente da CPI, anunciou que serão acareados 14 policiais de São Paulo, acusados de participação no desvio de cargas

junto ao presidente do Banco Central, Armínio Fraga, para que a mesma equipe de funcionários que colaborou com as investigações da CPI do Narcotráfico, realizada pela Câmara dos Deputados, contribua com as investigações. Ele quer também a colaboração da Receita Federal.

Tuma revelou que a CPI deve acompanhar *in loco* o trabalho de fiscalização em postos da Polícia Rodoviária Federal para identificar possíveis falhas no sistema. Além disso, será organizado um cronograma de visitas da CPI, que serão recomçadas no próximo ano.

O roteiro incluirá pelo menos 12 cidades, como Campinas (SP), Imperatriz (MA), São Luís (MA), Campo Grande (MS), Salvador (BA), Belo Horizonte (MG), Porto Alegre (RS) e Foz do Iguaçu (PR).

A CPI divulgou balanço parcial do trabalho realizado este ano. Segundo os dados apresentados, foram ouvidos, em 11 audiências públicas, 40 depoentes, entre policiais, empresários, caminhoneiros e detentos. Dezenas de denúncias, recebidas pela CPI, estão sendo apuradas. Foi anunciada ainda a formação de um grupo de trabalho, composto por vinte assessores ligados ao Senado, Tribunal de Contas da União, Banco Central, Receita Federal e Polícia Federal.



Boaventura destaca expansão de igrejas evangélicas

Ele diz que, na região metropolitana de Goiânia, o número de templos evangélicos é mais que o dobro do total de igrejas católicas e que já chega perto de 20 milhões o número de brasileiros fiéis a religiões protestantes



Segundo Boaventura, a Assembléia de Deus é a Igreja que possui mais templos em Goiás

O senador Albino Boaventura (PMDB-GO) analisou o crescimento das igrejas evangélicas em Goiás, citando reportagem do jornal *O Popular*, de Goiânia. De acordo com a historiadora Maria Tereza Canesim, da Universidade Católica de Goiás, o número de templos evangélicos na região metropolitana de Goiânia chega a 1.300, mais que o dobro das igrejas católicas, que não somam 600, citou o senador.

Ele também mencionou trabalho do pesquisador Lourenço Kraft, que estima a população evan-

gética no Brasil em cerca de 20 milhões de pessoas. Observou que, mantida a taxa atual de crescimento desse grupo, de quase 6% ao ano, é possível prever que, em tempo relativamente curto, metade da população brasileira será composta de evangélicos.

A reportagem destaca ainda, segundo o senador, que os evangélicos estão presentes hoje em todos os estratos da sociedade goiana. Boaventura informou que a Assembléia de Deus é a Igreja que mais templos possui em Goiás, congregando o maior número de fiéis no estado.



Ademir Andrade: "O governo compromete esse que deveria ser um grande instrumento de política social"

Ademir cobra manutenção de recursos para educação

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou os cortes feitos pelo governo no Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef) no Orçamento de 2001. Segundo ele, pelos cálculos preliminares, o valor mínimo gasto por aluno deverá ficar em torno de R\$ 353, contrariando o mínimo, definido em lei, de R\$ 541 para cada aluno de 2ª à 4ª série e de R\$ 568,93 para aquele de 5ª à 8ª série.

Segundo Ademir, tal redução é uma das causas da queda na qualidade de ensino verificada na avaliação do sistema educacional brasileiro, recentemente divulgada pelo MEC. A avaliação revelou que a qualidade da educação oferecida para os alunos de 1º e 2º graus "despençou em relação a 1997 e está ainda pior do que em 1995".

— Mantendo o valor mínimo em patamares mais baixos, o governo compromete esse que deveria ser um grande instrumento de política social e de redução das desigualdades, e isso certamente explica, em parte, a queda na qualidade do ensino — finalizou o senador.

Alcântara elogia ministro por realização do Exame Nacional do Ensino Médio

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou ontem o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Ele cumprimentou o ministro da Educação, Paulo Renato, e toda a equipe do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep) pela iniciativa, que qualificou como "eminente inovadora". Segundo o senador, avanços significativos foram conquistados já no segundo ano de implantação do Enem, com a cooperação dos principais agentes do sistema de ensino.

Alcântara ressaltou que, por ser um instrumento de aferição das competências e habilidades desenvolvidas pelos alunos ao longo dos 11 anos de educação básica, o Enem é uma importante referência para discutir as deficiências que esse nível de ensino apresenta, e, conseqüentemente, sobre as mudanças que se fazem necessárias.

Hoje, acrescentou, o grande desafio do sistema educacional brasileiro é melhorar a qualidade do ensino. Diante disso, observou,

mecanismos de avaliação como o Enem são de fundamental importância, devido ao seu caráter interdisciplinar e por ser uma avaliação centrada nas competências e habilidades esperadas do aluno, ao final da educação básica. No ano passado, informou, o Enem teve a participação de 347 mil inscritos e a adesão de 100 instituições de ensino superior.

Apesar de ter sido uma das primeiras propostas idealizadas e anunciadas pelo ministro Paulo Renato, logo após ser escolhido para o cargo, lembrou Lúcio Alcântara, o Enem só foi implantado há dois anos devido ao longo processo de maturação exigido para a concepção do exame.

— Ao longo desse processo, o MEC buscou conhecer as experiências de outros países, dialogou amplamente com os sistemas de ensino e aprofundou o debate com especialistas em avaliação vinculados às universidades e centros de pesquisa de todo o país — disse o senador.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h30 — *Cidadania* — Sen. Júlio Eduardo e a dra. Hitomi Miura, presidente da Sociedade de Ginecologia e Obstetrícia, falam sobre a maternidade segura e a saúde reprodutiva
7h30 — *Entrevista* — Sen. Paulo Hartung fala sobre a modernização da máquina pública
8h — *Jornal do Senado*
8h30 — *TV Escola* — Crônicas da Terra — Vento
9h — *CPI do Futebol* (vivo)
10h — *Sessão Plenária* (vivo)
14h — *Entrevista* — Sen. Paulo Hartung fala sobre a modernização da máquina pública
14h30 — *Sessão Plenária* (reapresentação)
Logo após — Comissão de Educação (gravado)
19h30 — *Especial* — Milton Campos
20h30 — *Entrevista* — Sen. Paulo Hartung fala sobre a modernização da máquina pública
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — *CPI do Futebol* (gravado)
Logo após — *Sessão Plenária* (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h — *Agenda Senado*
Em seguida — Música e informação
9h — *CPI do Futebol* (vivo)
10h — *Sessão Plenária do Senado* (vivo)
Em seguida — Música e informação
14h30 — *CPI do Futebol* (reprise)
Em seguida — Música e informação
19h — *A Voz do Brasil*
Em seguida — Música e informação
20h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Nordeste
Em seguida — Música e informação
21h — *Senado em Linha Direta* — Edição Norte/Centro-Oeste
Em seguida — Música e informação
21h30 — *Senado em Linha Direta* — Edição Sul/Sudeste
Em seguida — Música e informação
0h — *Sessão Plenária do Senado* (reprise)
Em seguida — Música e informação

A programação da TV Senado e da Rádio Senado pode ser retransmitida por qualquer emissora do país, sem ônus e sem autorização formal

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações técnicas para recepção do sinal da TV Senado

Net: operadora local informa o número do canal
DirecTV: canal 163
Sky Net: canal 30
Tecsat: canal 17
Internet: www.senado.gov.br
Antena Parabólica — Sistema Digital:
• Satélite: B1
• Transponder: 1 BE (Banda Estendida)
• Polarização: Vertical
• Frequência: 3.644,4 MHz
• Frequência (Banda - L): 1.505,75 MHz
• Antena: 3,6 m
• PID: Vídeo: 1110 / Áudio: 1211 / PCR: 1110
Receptor de Vídeo/Audio Digital NTSC MPEG-2 DVB
• Symbol Rate: 3,2143Ms/s
• FEC: 3/4
Antena Parabólica — Sistema Analógico:
• Satélite - B1
• Transponder - 11 A-2 (canal 8)
• Polarização: Horizontal
• Frequência — 4.130 MHz

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital:

Equipamentos necessários:
• Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
• Receptor ABR 200, ComStream
• LBN DRO ComStream
• 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

• Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 MHz
• Satélite: Brasilsat B2
• Polarização: Vertical (RX)
• Modo: Joint-Stereo
• Taxa: 128 Kbps-BPSK
• Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

A VOZ

do CIDADÃO

VOZ LIGADO NO SENADO FEDERAL

www.senado.gov.br - e-mail: cidadao@senado.gov.br

A Voz do Cidadão é um canal de comunicação gratuito entre você e o Senado Federal

Participe!

0800 612211

Subsecretaria de Projetos Especiais - INCEM

Iris critica corte nos gastos sociais

“Tirar esses recursos do povo mais pobre é como condená-lo a uma situação insustentável”, diz senador, referindo-se ao anúncio do governo de que haverá corte no Orçamento do ano que vem

A definição do salário mínimo em R\$ 180 representa uma conquista importante, mas os cortes nos gastos sociais, anunciados pelo governo federal no Orçamento de 2001, causam preocupação. A afirmação é do senador Iris Rezende (PMDB-GO), que ressaltou a importância desses recursos, “que garantem a sobrevivência daqueles que nada têm”.

— Tirar esses recursos do povo mais pobre é como condená-lo a uma situação insustentável — disse, lembrando que cerca de 32 milhões de pessoas enfrentam o



Iris citou dados do Ipea segundo os quais 21,3 milhões de brasileiros vivem em estado de indigência

problema da fome no país.

Segundo Iris, números atualizados do Ipea apontam a existência de cerca de 21,3 milhões de brasileiros vivendo em estado de indigência. Ele prosseguiu:

— O Brasil é um dos países mais injustos do mundo, já que com sua renda *per capita* deveria ter apenas 10% de população pobre, mas possui cerca de 30%.

Para mudar essa situação, o senador defendeu que o país invista mais na modernização da infra-estrutura para poder ampliar o mercado interno e dinami-

zar a produção.

Iris também manifestou apoio ao acordo entre as lideranças e o governo para garantir o salário mínimo de R\$ 180, inclusive com o corte das emendas parlamentares ao Orçamento. Sobre o assunto, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) condenou a concentração de recursos no Executivo, enquanto os municípios passam por privações. Os dois senadores enfatizaram a urgência da votação da reforma tributária para alterar esse quadro de dependência em relação ao poder central.



Moreira atribui reportagem ao interesse em cancelar investimentos programados para a Amazônia

Moreira contesta previsões feitas por *Veja* para a região amazônica

As previsões negativas para a Amazônia feitas recentemente pela revista *Veja*, com base em informações do cientista William Laurence, do Smithsonian Institute, e do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), foram repudiadas ontem pelo senador Moreira Mendes (PFL-RO). Para ele, o objetivo da revista é paralisar os investimentos do governo federal na região.

— Não posso admitir a hipótese de cancelamento desses investimentos, pois a região tem 19 milhões de habitantes que dependem da ação do governo para ter alternativas de sobrevivência. Ao contrário do que prevê a reportagem, a suspensão dos investimentos, sim, poderá significar maior pressão sobre a floresta, por falta de outras alternativas econômicas — afirmou.

Moreira disse que a reportagem dá um destaque especial e tendencioso à atuação da atividade madeireira, afirmando que os madeireiros retiram a madeira e depois partem para uma área nova, deixando a terra arrasada. Ele observou que a imprensa considera o madeireiro, erroneamente, como o grande responsável pela devastação das florestas, “o verdadeiro bicho-papão que come crianças”.

Ernandes Amorim (PPB-RO) afirmou que os interesses internacionais é que impedem o desenvolvimento da Amazônia, questão que, no seu entender, deve ser melhor analisada pelo Congresso. Defendeu também a exploração da floresta e manifestou apoio aos madeireiros. Gilberto Mestrinho (PMDB-AM) disse que notícias como a de *Veja* não servem aos interesses do país e da Amazônia e destacou a importância de hidrovias e da ampliação da malha rodoviária na região.

Roberto Freire elogia fim das emendas de parlamentares

O senador Roberto Freire (PPS-PE) defendeu o acordo fechado entre o governo federal e as lideranças do Congresso para usar os recursos que seriam destinados às emendas individuais dos parlamentares no custeio do aumento do salário mínimo para R\$ 180. Ele também considerou racional o fato de o reajuste do mínimo estar sendo discutido no momento da elaboração do Orçamento e não apenas em 1º de maio, data em que tradicionalmente começa a ser pago, como ocorreu nos anos anteriores.

O fim das emendas individuais dos parlamentares, segundo ele, vem sendo defendido por Ciro Gomes, desde a campanha presidencial de 1998. Freire criticou a reação de deputados do PFL contra o acordo. “Essas emendas significam clientelismo, fisiologismo, reprodução das elites e financiamento mascarado de campanhas”, afirmou.

Freire acrescentou que, do ponto de vista político, elas representam a dispersão e pulverização de recursos e não se materializam em investimentos geradores de emprego, renda e crescimento econômico. Ele opinou que a extinção das emendas é uma forma de o Congresso mostrar à sociedade que pode aumentar o valor do mínimo buscando uma fonte de financiamento que não cria problemas fiscais.

Outro assunto abordado pelo senador foi um pronunciamento feito na Câmara por um parlamentar nordestino, classificando o fim das cestas básicas como um



Freire: “Essas emendas significam clientelismo e financiamento mascarado de campanhas”

atentado e uma agressão à dignidade do povo daquela região. “O fim da distribuição de cestas básicas é uma medida interessante, desde que seja discutido e seja oferecida uma alternativa em substituição”, disse Freire. Ele sugeriu ao governo federal que, ao extinguir as cestas básicas, faça um cadastramento das famílias beneficiadas e passe a enviar o valor monetário correspondente pelos Correios. “Para que essas famílias possam fazer suas opções de compra e consumo”, completou.

Sugeriu ainda que as famílias que passariam a receber o dinheiro fossem vinculadas a trabalhos comunitários ou a programas de renda mínima nos moldes do bolsa-escola, para aqueles que tivessem filhos em idade escolar. “Dessa forma eles não necessitariam de esmolas, porque o que os nordestinos precisam é da dignidade do emprego e da renda”, defendeu.

Amorim reprova alternativa anunciada para elevar mínimo

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO) criticou o acordo feito entre as lideranças do Congresso e o governo para utilizar os recursos que seriam destinados às emendas pessoais dos parlamentares para custear parte do aumento do salário mínimo para R\$ 180. Ele se disse decepcionado com a decisão e considerou a proposta “demagógica”.

— O dinheiro da emenda não é do senador ou do deputado, mas de quem o elegeu — afirmou.

Para o senador, os parlamentares devem uma satisfação ao seu eleitorado, e as emendas individuais “servem para financiar projetos de desenvolvimento, para a criação de escolas e de casas de recuperação de drogados, saneamento de igarapés e outras iniciativas que beneficiam a população”. Ele acrescentou que o governo federal não tem condições de saber as reais necessidades das pequenas comunidades do interior do país.

Ernandes Amorim também abordou sua vitória na disputa pela prefeitura de Ariquemes (RO), salientando que se afastará do Senado a partir de 31 de dezembro. Ele comentou que, depois de ter passado seis anos no Congresso, voltará ao seu município com mais experiência, o que permitirá fazer uma administração eficiente, cumprindo todas as determinações da Lei de Responsabilidade Fiscal.

“Já fui prefeito de Ariquemes, e depois de minha saída o município entrou em uma fase de fa-



Amorim: corte das emendas individuais de parlamentares é uma medida “demagógica”

lência total pelas péssimas administrações que passaram por lá”, disse. Quando reassumir a prefeitura, anunciará o senador, pautará sua gestão no respeito ao erário público e na aplicação decente dos recursos.

A respeito de denúncias de irregularidades contra homens públicos que por vezes chegam ao Senado, Amorim afirmou que falta ao Congresso um ouvidor responsável por tomar providências quanto às acusações feitas pelos parlamentares. Ele citou o caso do senador Gilvam Borges (PMDB-AP), que, na sessão de terça-feira, acusou o governador do Amapá, João Capiberibe, de ter cometido várias irregularidades. “Nenhuma atitude foi tomada, como nada foi feito quando eu denunciei o ex-governador do meu estado Valdir Raupp de corrupção”, exemplificou.

Saturnino faz apelo contra esvaziamento da Finep

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) fez ontem apelo ao ministro da Ciência e Tecnologia, Ronaldo Sardenberg, para que a secretaria executiva do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) continue sendo exercida pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos). Ele também solicitou que o ministro receba os representantes da associação de funcionários da Finep.

Segundo o senador, “ninguém sabe ao certo” a origem da proposta, mas estaria crescendo a notícia e a preocupação sobre a mudança devido ao esvaziamento que seria provocado com a transferência das atribuições da Finep para o ministério.

Designada como secretaria executiva do FNDCT em 1971 e confirmada em 1996, a Finep, segundo Saturnino, tem desempenhado a função com reconhecida eficiência. Num momento em que, conforme disse, tanto se fala em racionalização da máquina estatal brasileira, “a transferência de funções representaria um desperdício”, dado o conhecimento acumulado pela Finep.

Outro argumento do senador é



Saturnino manifestou preocupação com a notícia de que a secretaria executiva do FNDCT sairá da Finep

que a instituição, sediada na cidade do Rio de Janeiro, está em “interação permanente” com a maioria dos órgãos do sistema de ciência e tecnologia no país. Ele citou como integrantes desse pólo de pesquisa a Coordenação de Pós-Graduação em Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (COPPE), as universidades do Estado do Rio de Janeiro e do Norte Fluminense, a Fiocruz, o Instituto Universitário de Pesquisas e Estudos do Rio de Janeiro, o Instituto Nacional de Propriedade Industrial, o Laboratório Nacional de Computação Científica e o Centro de Pesquisa da Petrobras.

Governo deve priorizar áreas sociais, diz Hartung

O senador Paulo Hartung (PPS-ES) disse ontem que o governo mostrou-se em 2000 acomodado com a conquista que representou a estabilidade da moeda, deixando de investir em setores importantes. Para ele, o governo deve priorizar políticas públicas nas áreas de saúde e educação, combatendo o desemprego e a violência urbana. Na avaliação de Hartung, os resultados das eleições municipais deixaram claro que a moeda estável é uma conquista da qual o povo não quer abrir mão, mas que isso não é suficiente.

— O Executivo precisa enxergar as prioridades do país e adotar uma nova geração de reformas, agora mais ligadas à microeconomia, dando ênfase à Lei das Sociedades Anônimas, à reforma tributária e a decisões que reduzam o custo do dinheiro e promovam uma política industrial, diminuindo a dependência de bens intermediários que oneram a balança comercial — disse.

O governo, sugeriu o senador, deve aproveitar o próximo ano, em que não haverá eleições, para dar ao país uma agenda de compromisso com o



Para Hartung, “o Executivo deve adotar uma nova geração de reformas”

desenvolvimento interno, que estanque a decadência da qualidade de vida da população e dinamize a construção civil, setor que mais gera empregos. Hartung lembrou que o Brasil vai fechar o ano com 8% a 9% da População Economicamente Ativa (PEA) desempregada.

Outra medida importante, apontou, é a aprovação de uma reforma tributária que limite “a sanha arrecadadora da equipe econômica”, que incluiu, nos últimos dois anos, dois milhões de trabalhadores isentos entre os contribuintes do Imposto de Renda.

Jucá destaca iniciativa para atrair investimento estrangeiro

A tarefa caberá à Investe Brasil, resultado da parceria entre dez ministérios e 43 entidades empresariais de diversos setores

A criação de uma agência para atrair investimentos estrangeiros para o país foi destacada pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR). Segundo o senador, o empreendimento resultou de iniciativa da União por meio de dez ministérios e 43 entidades empresariais de vários setores econômicos. Trata-se da Rede Brasileira de Promoção de Investimentos, denominada Investe Brasil, que começa a funcionar em janeiro.

O senador disse que o Brasil captou US\$ 30 milhões em 1999 e que a meta da Investe Brasil é ampliar significativamente esse montante através do fornecimento de informações sobre oportunidades de negócios, legislação tributária e linhas de financiamentos.

O senador cumprimentou as confederações e federações em-



Romero Jucá informou que a rede começa a funcionar em janeiro do próximo ano

presariais que se uniram em torno da Investe Brasil, ressaltando a importância do papel desempenhado pelo ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão, Martus Tavares, coordenador dos traba-

lhos que culminaram na criação da rede. Jucá pediu a transcrição integral, nos Anais da Casa, do discurso proferido pelo ministro na solenidade de assinatura do protocolo de criação da entidade.

Lauro Campos aconselha FHC a doar fazenda ao Movimento dos Sem Terra

O senador Lauro Campos (PT-DF) mostrou ontem, em Plenário, a escritura dos 400 hectares de terras, herdadas de seu pai e situados no distrito de Serra Bonita, município de Buritis (MG), que estão sendo doados ao Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). A área, disse, deve ser transformada em assentamento. Ele também aconselhou o presidente Fernando Henrique Cardoso a seguir seu “modesto exemplo”.

As terras de Lauro Campos são vizinhas à fazenda Córrego da Ponte, da família do presidente, localizada igualmente em Buritis. “O presidente já está velho, com quase 70 anos. É chegada a hora de parar de colecionar terras e dinheiro”, disse Lauro Campos. Lembrando que durante muitos anos ele e Fernando Henrique pensavam como marxistas — e salientando que continua pensando da mesma maneira —, o senador aconselhou o presidente a se lembrar das palavras de Karl Marx, que chamava dinheiro de excremento.

Para Lauro Campos, o MST é o

único movimento social no Brasil que não perdeu conteúdo ideológico, “mantendo sua compostura e integridade”, merecendo por isso trabalhar suas terras.

— Fiquei indignado quando o ministro do Supremo Tribunal Federal considerou as terras de FHC como “símbolo da pátria”, para justificar o envio de tropas federais para protegê-las da invasão do MST. Agora, o presidente tem essa oportunidade de se redimir, seguindo o meu modesto exemplo de doar ter-

ras ao movimento.

O senador afirmou que sua vida está ficando difícil desde que tomou a decisão. Ele queixou-se do assédio da imprensa, que envia “focas e paparazzi” para fotografar a sua casa, em Brasília. “É uma pena que gênios da imprensa como Mauro Santayana tenham que conviver dentro da mesma categoria profissional de fotógrafos vagabundos da revista *Veja* mafiosa, enviados para azucrinar a vida das pessoas”, concluiu Lauro Campos.



Lauro Campos mostrou ao Plenário a escritura dos 400 hectares que está doando ao MST

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Antonio Carlos Magalhães, Geraldo Melo, Carlos Patrocínio, Edison Lobão e Henrique Loyola